

**FORMAÇÃO TERRITORIAL E DINÂMICA PRODUTIVA DO
MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ - MS**

WESLEY OSVALDO PRADELLA RODRIGUES
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS)
wesley.rodriques@ufms.br

TATHIANE MARQUES DORNELES
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
tathmd@gmail.com

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar as influências do processo histórico de ocupação e uso do solo no município de Naviraí/MS para a atual configuração regional em termos de estrutura fundiária e organização econômica/produção local. Aborda-se a evolução do processo de transformação territorial do município, tendo como parâmetro a base de produção agropecuária estabelecida na região. O trabalho parte do pressuposto de que o processo de ocupação e os padrões de especialização agropecuária do município partem de sua base natural, ou seja, da própria aptidão agrícola dos solos da região. A análise regional esta pautada sobre duas dimensões: (i) o processo histórico de formação do município e o crescimento demográfico local; (ii) as mudanças na estrutura fundiária local a evolução da produção agropecuária. Este trabalho contribui para uma melhor compreensão do processo de formação e evolução socioeconômica do município, podendo auxiliar os atuais e futuros atores públicos na elaboração e execução de políticas públicas voltadas para o crescimento e desenvolvimento socioeconômico do município e região.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional, dinâmicas produtivas, setor agropecuário.

Código JEL: O13, Q13, R11

1. INTRODUÇÃO

As formas de organização, expansão e uso da terra têm sido tema de intenso debate científico ao longo dos anos. Nesta perspectiva, a atividade rural, que circunda o processo de desenvolvimento e a própria expansão do capitalismo, possui um importante papel histórico no processo de ocupação do território brasileiro, na organização espacial e nas estruturas produtivas regionais.

O Brasil figura entre as economias mais desiguais do mundo em termos de estrutura fundiária. Desde o período colonial até os tempos atuais, a distribuição da posse da terra é altamente concentradora no país. Conforme dados do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola – Imaflora (2017), a região Centro-Oeste desponta como o que mais concentra terras: 75% de seu território correspondem a grandes propriedades. O estado de Mato Grosso do Sul lidera o ranking nacional de latifúndios que representam 83% dos terrenos privados do estado.

Furtado (1989), aponta que as raízes dos problemas fundiários no Brasil são reflexos da construção histórica da formação da propriedade. A dinâmica socioeconômica e a configuração espacial observadas na região sul de Mato Grosso do Sul retratam os impactos de grandes transformações na estrutura produtiva e fundiária regional ao longo das últimas décadas com importantes implicações sobre sua conformação econômica. Estes reflexos podem ser observados no perfil de ocupação do município de Naviraí que, aliado às formas de uso da terra, são responsáveis pela reorganização fundiária e produtiva local sob a base da matriz agropecuária como principal fonte de ganhos econômicos.

A formação territorial pode ser compreendida através dos estudos da transformação da estrutura fundiária de uma região em processos que envolvem tanto a dimensão política, como econômica e social. À luz dessas dimensões, é possível verificar como essas transformações geram impactos socioterritoriais e conduzem alterações na organização demográfica, da propriedade dos meios de produção, da dotação dos fatores, bem como do ambiente organizacional e institucional que, paralelamente, constituem em fator endógeno capaz de transformar crescimento em desenvolvimento econômico (HADDAD, 2009).

Este estudo busca analisar as influências do processo histórico de ocupação e uso do solo no município de Naviraí/MS para a atual configuração regional em termos de estrutura fundiária e organização econômica/produtiva local. Mais especificamente, pretende-se abordar

a evolução do processo de transformação territorial do município, tendo como parâmetro a base de produção agropecuária estabelecida na região, pois considera-se que o processo de ocupação e os padrões de especialização agropecuária do município partem de sua base natural, ou seja, da própria aptidão agrícola dos solos da região.

Neste sentido, faz-se necessário compreender os antecedentes históricos da ocupação do antigo Sul de Mato Grosso traçando um paralelo entre as etapas do processo de ocupação e suas implicações sobre as configurações territoriais. Para tanto, parte-se de uma pesquisa histórico-estrutural através de revisão bibliográfica e análises com base em dados secundários obtidos junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de colonização e Reforma Agrária (INCRA) e à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico (SEMADE).

Para cumprir com o objetivo proposto, este artigo encontra-se dividido em duas seções, além desta introdução e das considerações finais. A seção 2 propõe um breve resgate do processo de ocupação e formação econômica do estado de Mato Grosso do Sul. A seção 3 apresenta uma análise regional para o município de Naviraí em duas dimensões: a primeira aborda o processo histórico de formação do município e o crescimento demográfico local. A segunda aborda as mudanças na estrutura fundiária local ao longo dos anos e analisa a evolução da produção agropecuária da região traçando um paralelo entre a expansão agrícola do MS e a agricultura brasileira, destacando as atividades de maior importância.

2. CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA REGIÃO EXTREMO SUL DO MATO GROSSO

A formação econômica do estado de Mato Grosso do Sul está diretamente relacionada ao seu processo de colonização. A ocupação territorial ganha impulso a partir da reorganização do processo produtivo brasileiro inaugurado no governo Vargas (1937 - 1945) por meio do programa “Marcha para o Oeste”. Conforme Abreu (2003, p 272), trata-se do “primeiro grande movimento de ‘integração planejada’ em terras mato-grossenses, assumindo posição de política migratória para brasileiros”.

A ocupação de terras devolutas na região tinha por objetivo assegurar a nacionalidade das fronteiras e seus recursos naturais à medida que buscava descentralizar o alto índice

II Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação

20 a 23 de novembro de 2018 - Naviraí - MS



demográfico dos grandes centros urbanos brasileiros e incorporar a região Centro-Oeste ao processo de crescimento da economia brasileira. O marco significativo da institucionalização de uma política de colonização é o Decreto-Lei nº 3.059/1941 que prevê a criação de colônias agrícolas nacionais, reforçando a “vocação” agropecuária da região.

Sob orientação desse decreto, foi criada em 1943 a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND). Os critérios técnicos previstos apontam que as terras deveriam ser concedidas (gratuitamente pelo governo) a cidadãos brasileiros reconhecidamente pobres com aptidão para os trabalhos agrícolas, comprometidos a fixar residência no lote que lhe for concedido e, excepcionalmente, agricultores qualificados estrangeiros.

A CAND foi efetivamente demarcada em 1948 com uma área de 267 mil hectares divididos em lotes de 30 hectares e passou a receber maior contingente de colonos a partir da década de 1950. Este processo migratório implicou numa significativa alteração na composição demográfica do Sul do Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul. Ademais, ressalta-se que, para além da ocupação, a colônia permitiu a diversificação da atividade agropecuária e a aberturas de estradas e vias de circulação na região.

Apesar dos percalços enfrentados pelos colonos pela falta de estrutura e de assistência governamental, a CAND permitiu o surgimento de um conjunto de povoados e por consequência, a valorização das terras da região. Este cenário chamou a atenção de algumas empresas privadas que perceberam, na expansão demográfica da região, uma oportunidade de lucros pela especulação imobiliária.

No Sul de Mato Grosso a colonização pela iniciativa privada se deu por colonizadoras como à Companhia Viação São Paulo-Mato Grosso, Companhia Moura Andrade, Companhia de Melhoramentos e Colonização S.A (SOMECO) e Vera Cruz Mato Grosso LTDA (ANTONIO, 2015). Essa última, responsável pela colonização da área onde posteriormente surgiu o município de Naviraí.

Rivas (2016) aponta que, as transformações ocorridas na economia brasileira entre 1950 e 1980, relacionadas à expansão industrial no Sudeste, especialmente no estado de São Paulo, foram responsáveis pela inserção, ainda que de forma periférica, da região Centro-Oeste ao mercado nacional. Neste contexto, a porção do extremo sul do Mato Grosso passa a exercer o papel de fornecedor de matérias-primas e produtos de subsistência para as demais regiões.

II Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação

20 a 23 de novembro de 2018 - Naviraí - MS



A partir dos anos 1960, as políticas de integração e desenvolvimento regional passaram por importantes transformações. Entraram em ação os planos e programas governamentais como parte de uma nova orientação de desenvolvimento para o país. A pauta econômica voltou-se para o aproveitamento dos cerrados e para a abertura de novas terras para a exploração agrícola, apoiada nos padrões da nova agricultura moderna.

Neste contexto, o Centro-Oeste, que abrange uma área que corresponde a aproximadamente 19% do território nacional, tornou-se estratégica tanto pela sua posição geográfica com prevalência do bioma cerrado, quanto pelo seu relevo bastante plano com possibilidade para mecanização. O período de maior transformação foi de meados da década de 1960 até o final da década de 1970, tendo como marco principal, a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO) em 1967.

Por meio dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND), sobretudo o II PND (1975 a 1979), foram colocados em prática uma série de programas voltados para promover o desenvolvimento e a integração nacional, dentre os quais destacam-se o Programa de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (PRODOESTE), o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) e, o Programa de Desenvolvimento da Região da Grande Dourados (PRODEGRAN), o qual dinamizou a produção agrícola na região da Grande Dourados (inclusive Naviraí).

Inaugura-se então uma nova fase econômica/produtiva na região Centro-Oeste, caracterizada por um fluxo imigratório menos intenso, porém mais qualificado, atraindo novos trabalhadores detentores de capital e/ou experiência na atividade agrícola (GUIMARÃES; LEME, 1997). O avanço da fronteira agrícola para o oeste do Brasil e o crescente progresso tecnológico nas unidades agrícolas, possibilitaram ao recém criado estado de Mato Grosso do Sul (1977) inserir-se na economia nacional como umas das principais regiões agroexportadoras do país.

A nova dinâmica agropecuária, bem como as mudanças ocorridas na produção agrícola de Mato Grosso do Sul, desencadeou processos de industrialização regional, notadamente da agroindústria, bem como nas condições sociais e técnicas da estrutura agrária (concentração da estrutura fundiária, mudanças nos regimes de exploração do solo e de relações de trabalho, técnicas e métodos adotados na produção agrícola e na pecuária). Estes reflexos podem ser observados no perfil de ocupação do município de Naviraí, tratado a seguir.

3. NAVIRAÍ: FORMAÇÃO TERRITORIAL, DINÂMICA ECONÔMICA E ALTERAÇÕES NA ESTRUTURA FUNDIÁRIA

3.1 Aspectos históricos, formação econômica e dinâmica populacional

Os resultados obtidos pelo programa “Marcha para o Oeste” implicaram em novos arranjos para o processo de colonização, caracterizados pelo interesse da iniciativa privada no reordenamento das terras da região. A aquisição de glebas do Governo e posterior venda de lotes por empresas colonizadoras reforçam a exploração capitalista da terra e promovem uma reconfiguração das propriedades na área de atuação da CAND, uma vez que, os novos lotes eram adquiridos por migrantes que já dispunham de certo poder aquisitivo.

Localizada no sudoeste de Mato Grosso do Sul, o município de Naviraí foi fundado em 1952, fruto de processo de colonização dirigida por parte da empresa Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Ltda. Seu território era composto inicialmente pela Gleba Naviraí (9.469 hectares) e Gleba Bonita (9.528 hectares). O povoando foi elevado á categoria de distrito de Naviraí, pela lei estadual nº 1195, de 22 de dezembro de 1958, com terras desmembradas do distrito sede do município de Dourados, subordinado ao município de Caarapó. Elevado á categoria de município pela lei estadual nº 1.944, de 11 de novembro 1963, desmembrado do município de Caarapó (MESSIAS, 2013; IBGE Cidades, 2017). (IBGE CIDADES, 2017).

A área total do município é de 3.193,5km², que equivale a 1,09% do total do estado. A posição geográfica do município está limitada: ao norte, pelo município de Jatei; ao sul, por Itaquiraí e Iguatemi; a leste, pelo estado do Paraná; e a oeste, por Juti (FIGURA 1). A partir da área territorial e da população, o município apresenta uma densidade demográfica de 14,48 hab/km².

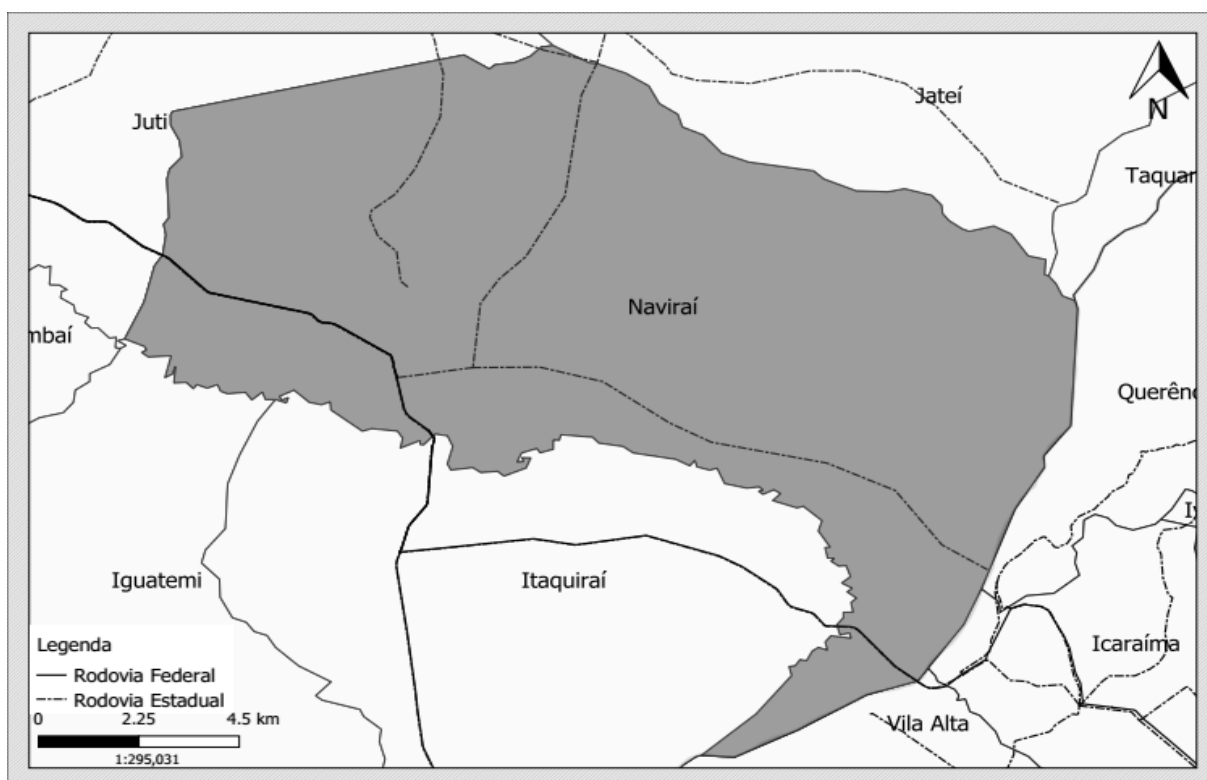


Figura 1 – Localização do município de Naviraí

Fonte: Elaboração dos autores.

O município de Naviraí passou por um processo rápido de crescimento populacional e urbanização. De acordo com Gonçalves (2015) na primeira eleição municipal, em 1965, foram contabilizados apenas 687 votos, refletindo o baixo quantitativo populacional. Porém na década de 70, o quantitativo populacional já atingia a marca de 23.117, como apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 – Mato Grosso do Sul x Naviraí: população total, taxa de crescimento e taxa de urbanização.

Ano	Mato Grosso do Sul (MS)			Naviraí			Taxa de Crescimento (%)		Taxa de Urbanização (%)	
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	MS	Naviraí	MS	Naviraí
1960	-	-	572.018	-	-	-	-	-	-	-
1970	452.117	546.094	998.211	7.657	15.460	23.117	74,5	-	45,3	33,1
1980	919.123	450.444	1.369.567	17.776	10.788	28.564	37,2	23,5	67,1	62,2
1991	1.414.447	365.926	1.780.373	25.193	5.478	30.671	30,0	7,3	79,4	82,1
2000	1.747.106	330.895	2.078.001	32.662	4.000	36.662	16,7	19,5	84,1	89,1
2010	2.097.238	351.786	2.449.024	42.855	3.569	46.424	17,8	26,6	85,6	92,3

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do IBGE (2017)

II Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação

20 a 23 de novembro de 2018 - Naviraí - MS



Geiger (1978, p 88) em seu trabalho sobre “dimensões e urbanização” destacou o crescimento da cidade de Naviraí, classificando-a como “centros distantes dos aparelhos metropolitanos” pelo crescimento populacional entre os anos de 1960 a 1970, passando de 370 para 7657 habitantes na cidade, apresentando uma elevada taxa de crescimento populacional (1.960%).

Assim como no Estado, o município de Naviraí registrou taxas elevadas de crescimento demográfico, 23,56% nas primeiras décadas. Com relação a taxa de urbanização, observamos o movimento constante da concentração da população no perímetro urbano, observamos um incremento na população urbana superior a 230% entre as décadas de 70 e 80, justificando pela dinâmica econômica, baseada no setor madeireiro.

Segundo Garcia (2016) as atividades econômicas no município estavam relacionadas a extração de madeira, tendo a primeira madeireira instalada em 1953, nos primeiros anos subsequentes o município contabilizava cerca de 90 serrarias, influenciando no rápido crescimento populacional e econômico do município.

Pébayle e Koechlin (1981) em seu trabalho pelo Estado destaca a dinâmica econômica do município de Naviraí em torno das numerosas serrarias, representando até início da década de 1980, a única atividade industrial da região.

Apesar de lucrativo, o desmatamento exigia uma significativa força de trabalho braçal, o que elevava os custos da atividade para o agricultor, favorecendo o surgimento dos contratos de “formação de pastagem”, no qual o arrendatário deveria devolver a terra semeada de forragem artificial. Pébayle e Koechlin (1981) destacam a atuação das famílias japonesas agrupadas em cooperativas em Naviraí, na qual aceitavam por meio de contratos de formação de pastagem realizar o desmatamento em áreas cedidas pelo proprietário, obtendo o direito de cultivá-los com algodão durante três anos, comprometendo entregar as terras desmatadas e cultivadas na forma de pastagens artificiais no final dos contratos. Os autores ainda destacam que os produtos das colheitas eram divididos em partes iguais entre os agricultores e o proprietário.

A organização das famílias japonesas por meio da cooperação resultou na criação da Copasul – Cooperativa Agrícola Sul Mato-grossense no final de 1978, com o propósito de proporcionar melhores condições de trabalho aos produtores rurais (COPASUL, 2017).

II Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação

20 a 23 de novembro de 2018 - Naviraí - MS



Analisando as características sócio econômicas, em especial o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Esse índice foi desenvolvido a partir do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como uma alternativa para analisar o desenvolvimento, contrapondo-se à visão do PIB como medida para demonstrar o desenvolvimento de um país. O IDHM, por mensurar três dimensões (renda, educação e longevidade), fornece um retrato da evolução das condições de vida da população num determinado município. Conforme o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (2013) o IDHM varia de muito baixo (0 a 0,499), baixo (0,500 a 0,599), médio (0,600 a 0,699), alto (0,700 a 0,799) e muito alto (0,800 a 1).

Analisando o período de 1991 a 2010, o IDHM do município saltou de 0,446, em 1991, para 0,700, em 2010, enquanto o índice estadual passou de 0,493 para 0,729, ou seja, o município teve um crescimento de 56,95%. Esse crescimento é superior ao que observa no Estado do MS (47,87%) e no Brasil (47,46%).

Ao observar o IDHM do município em comparação ao estado e o país, identifica-se uma realidade socioeconômica distinta. Essas diferenças também são constatadas nos indicadores de renda per capita e no percentual de vulneráveis à pobreza (TABELA 2).

Tabela 2 – Características socioeconômicas

	Naviraí	Mato Grosso do Sul	Brasil
IDHM (2010)	0,700	0,729	0,727
Renda per capita (2010)	683,86	799,34	793,87
% de vulneráveis à pobreza (2010)	21,48	26,83	32,56
% de renda apropriada pelos 10% mais ricos (2010)	37,66	45,67	48,93
Índice de GINI (2015)	0,470	0,560	0,491
PIB per capita (R\$) (2015)	26.256,56	31.337,22	28.876,00

Fonte: Elaborado pelos autores com base no IBGE Cidades ano referencia 2015.

Chama a atenção o fato da renda per capita do município ser menor que do MS e do Brasil, assim como o PIB per capita. Desse modo, constata-se que o município é menos desenvolvido economicamente frente ao contexto estadual e nacional. Corrobora com essa

perspectiva a desigualdade social analisada por meio da renda per capita apropriação de renda pelos 10% mais ricos e o Índice de Gini.

De acordo com o IBGE Cidades (2015), o PIB é composto por Agricultura, Indústria, Serviços, Administração pública e Impostos. Na Microrregião de Iguatemi, o total corresponde a aproximadamente 1,35 bilhão de reais, enquanto o estado soma 69,1 bilhões, o que representa 1,95% do PIB do MS. Em relação à distribuição do PIB por setor de atividade, a Figura 2 apresenta os dados do município.

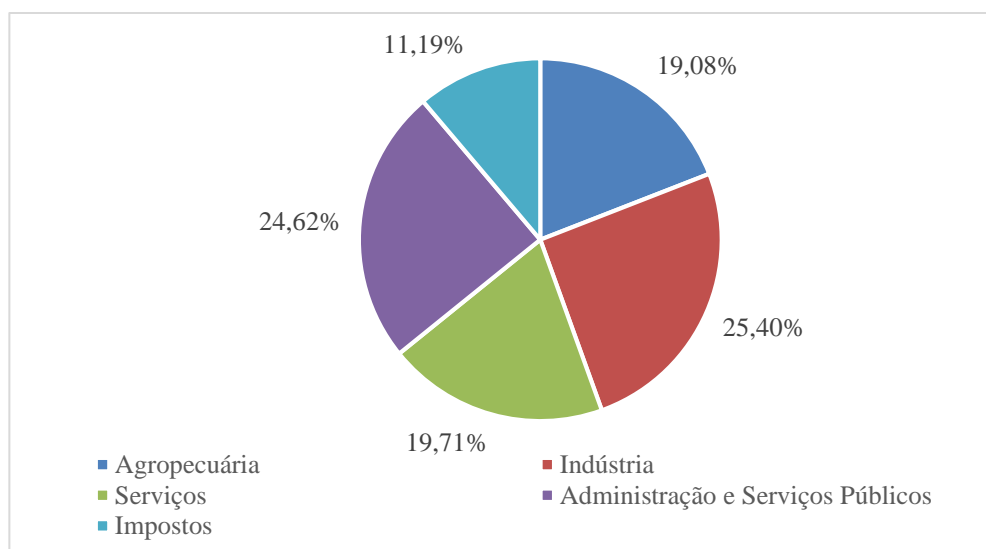


Figura 2 – Composição do PIB do município de Naviraí
Fonte: Elaborado pelos autores com base no IBGE Cidades (2015).

Identificou-se que a Indústria (25,40%) corresponde pela maior parcela do PIB, seguida pela Administração e Serviços Públicos (24,62%). Observa-se ainda, a relevância do setor de Serviços (19,71%) para o PIB municipal, enquanto a Agropecuária (19,08%) tem peso menor, apesar de mais de 257 mil hectares (80%) do município ser destinada para atividades relacionadas a este setor.

3.2 Estrutura fundiária e evolução da produção agropecuária

Cunha (2006) destaca a ocupação e colonização do Estado baseado em assentamentos rurais, e aponta a seguinte contradição: uma estrutura econômica baseada na agropecuária, mas com baixa densidade demográfica no perímetro rural. O processo semelhante ocorreu no município de Naviraí, refletindo as consequências da matriz de desenvolvimento adotado, caracterizado pela predominância de propriedades rurais de médio e grande porte (TABELA 2)

e por uma produção agrícola primária baseada na monocultura e/ou pecuária extensiva (TABELA 3)

Tabela 3 – Mato Grosso do Sul x Naviraí: relação de propriedades rurais por hectare (ha).

		Propriedades Rurais (ha)	1970	1975	1980	1985	1995	2006*
Mato Grosso do Sul	Menos de 10		24.351	22.279	13.182	14.916	9.170	13.398
	De 10 a 100		58.815	20.823	16.796	18.750	17.753	29.277
	De 100 a 1.000		8.652	9.726	12.034	14.674	15.423	15.228
	De 1.000 a 10.000		4.446	4.480	5.316	5.758	6.493	6.661
	Mais de 10.000		601	537	506	457	409	-
	Total		96.865	57.845	47.834	54.555	49.248	64.564
Naviraí	Menos de 10		645	301	219	172	89	106
	De 10 a 100		352	223	272	292	174	205
	De 100 a 1.000		56	64	110	129	138	131
	De 1.000 a 10.000		32	54	63	61	75	68
	Mais de 10.000		5	5	4	5	3	-
	Total		1.090	647	668	659	479	510

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do IBGE (2017). *SIDRA/IBGE não designou a separação +10.000

O município de Naviraí em sua gênese, teve seus lotes comercializados para pequenos produtores rurais oriundos, principalmente, dos estados de São Paulo e Paraná. Esse fenômeno aparece especificamente na década de 70, anos iniciais do município, com 645 pequenas propriedades rurais de até 10ha (59,17% das propriedades), e 352 propriedades de até 100ha (32,29% das propriedades), representando mais de 90% das propriedades rurais.

Durante os anos de 1970 a 80, o município teve uma significativa reestruturação fundiária, levando a uma diminuição de 66,05% de propriedades com menos de 10 hectares e redução de 40,65% na quantitativo de propriedades. A reestruturação fundiária impactou para o crescimento da taxa de urbanização (87,90% no período), pois deslocou o homem de campo, configurado como pequeno produtor rural, para o perímetro urbano, alterando a sua fonte de obtenção de ganhos financeiros.

O processo de concentração fundiária, assim como no Estado, foi favorecido pela “revolução verde” e seus frutos, tais como lavouras mecanizadas e a introdução das culturas agrícolas temporárias de elevada produtividade, corroborando para o rearranjo produtivo do município.

II Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação

20 a 23 de novembro de 2018 - Naviraí - MS



Seguindo tais considerações, passamos a aferir os dados censitários com relação a “utilização de terras”. Quando se observa o volume de áreas destinado agropecuária, percebemos o seu constante aumento em contraste a redução de áreas de matas e florestas naturais (TABELA 4).

Tabela 4 – Mato Grosso do Sul x Naviraí: utilização do solo

	Área (ha)	1970	1975	1980	1985	1995	2006
Mato Grosso do Sul	Lavouras Permanentes	38.989	65.916	52.501	28.47	16.218	27.274
	Lavouras Temporárias	451.931	1.208.718	1.589.448	1.874.436	1.367.494	2.845.653
	Pastagens Naturais	18.662.059	15.580.242	12.265.981	9.658.194	6.082.775	15.878
	Pastagens Plantadas	3.368.746	5.213.259	9.068.902	12.144.497	15.727.934	26.990.926
	Matas e Florestas Naturais	3.522.277	3.956.347	4.209.124	4.170.566	5.696.657	55.647
	Matas e Florestas Plantadas	9.004	183.559	442.097	454.23	181.083	151.361
Naviraí	Lavouras Permanentes	794	1.389	2.095	1.094	93	523
	Lavouras Temporárias	11.538	7.178	8.136	15.654	18.753	69.504
	Pastagens Naturais	32.264	24.632	19.717	27.43	12.801	-
	Pastagens Plantadas	64.484	148.055	217.217	208.684	205.929	186.604
	Matas e Florestas Naturais	92.216	41.039	37.172	25.228	30.592	844
	Matas e Florestas Plantadas	23	2	410	60	62	-

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do IBGE (2017)

Com relação ao Estado, observa-se a intensificação da utilização do solo destinada para as práticas de pastagens, representando aproximadamente 83% da área utilizada em 1970, para aproximadamente 90% da área utilizada em 2006. A área destinada a pratica da lavoura, em 2006, representava apenas aproximadamente 9% da área produtiva total.

No município de Naviraí, observa-se o mesmo comportamento. As áreas de pastagem apresentaram um constante crescimento, em 1970, aproximadamente 48% da área dos estabelecimentos rurais possuíam superfície coberta por pastagens (11.538 ha de pastagens naturais e 64.484 ha de pastagens plantadas). Em 1975, vê-se 172.687 ha cobertos por pastagem, compreendendo aproximadamente 78% da área dos estabelecimentos rurais, o que representou um aumento de 79% nessa modalidade de utilização do solo. A proporção elevada de áreas destinadas a pastagem se manteve até o último censo agrícola em 2006, na qual correspondia por aproximadamente 72% da área dos estabelecimentos rurais, porém apresentando a singularidade em ser composta apenas por pastagem plantada (186.604 ha). Com relação a área destinada a pratica da lavoura, observa-se em 1970, aproximadamente 6% (total de 201.319 ha) da área dos estabelecimentos rurais. Em 2006, vê-se aproximadamente 27% destinada a esta pratica agropecuária.

A utilização do solo para a prática da lavoura e pastagem, favoreceu a concentração das áreas produtivas em posse da agricultura patronal, podendo justificar o elevado índice de GINI da distribuição de terra no Mato Grosso do Sul (0,856 em 2006) e a baixa destinação para a agricultura familiar, como destacado na Tabela 5.

Tabela 5 – Mato Grosso do Sul x Naviraí: utilização do solo

2006		Nº de estabelecimentos agropecuários		Área dos estabelecimentos agropecuários (ha)	
		Total	Agricultura familiar	Total	Agricultura familiar
Mato Grosso do Sul	Lavouras Permanentes	6.181	76,7%	61.593	22,8%
	Lavouras Temporárias	21.643	73,3%	1.989.663	6,9%
	Pastagens Naturais	16.639	67,8%	6.220.545	2,9%
	Pastagens Plantadas	44.895	58,0%	14.834.577	4,3%
	Matas e Florestas Naturais	27.613	40,2%	4.749.823	2,4%
	Matas e Florestas Plantadas	760	53,9%	104.553	1,8%
	Total	117.731	59,0%	27.960.754	3,9%
Naviraí	Lavouras Permanentes	35	60,0%	1.084	3,3%
	Lavouras Temporárias	200	37,5%	52.357	1,6%
	Pastagens Naturais	254	55,1%	41.913	9,3%
	Pastagens Plantadas	174	40,8%	126.124	1,8%
	Matas e Florestas Naturais	101	16,8%	22.333	2,4%
	Matas e Florestas Plantadas	5	0,0%	1.745	0,0%
	Total	769	42,1%	245.556	3,1%

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do IBGE (2017)

No Estado, aproximadamente 59% dos estabelecimentos agropecuários pertencem a agricultura familiar, estando concentrado em apenas 3,9% da área dos estabelecimentos rurais. O mesmo fenômeno pode ser observado em Naviraí, analisando apenas o número de estabelecimentos agropecuários, nota-se pouca discrepância em relação a utilização do solo pela agricultura familiar. Porém a discrepância se torna nítida quando analisada a sua participação em relação a área dos estabelecimentos,

O modelo de utilização do solo está pautado, principalmente, para as práticas de lavoura temporária, arremetendo para a produção consorciada da soja-milho, e pastagens plantadas, direcionadas para a atividade de bovinocultura de corte (TABELA 6). Com relação a utilização do solo para a agricultura devemos destacar a cultura agrícola do café, no qual foi inserida no município por meio dos migrantes vindos das regiões de cafeicultura nos estados de São Paulo

II Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação

20 a 23 de novembro de 2018 - Naviraí - MS



e Paraná, adotando naturalmente a cultura agrícola como principal atividade econômica após a retirada das florestas nativas.

Pébayle e Koechlin (1981) destaca o papel dos bancos, em especial o Banco do Brasil, para o crescimento da atividade agrícola na região, pois ofereciam crédito para financiar as novas culturas agrícolas nas mesmas condições ofertadas no Rio Grande do Sul. Os bancos por sua vez, obtinham como garantia as novas terras, sujeitas a uma rápida valorização, e não ignoravam o lucro dos agricultores com a venda de madeira.

II Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação

20 a 23 de novembro de 2018 - Naviraí - MS



Tabela 6 – Mato Grosso do Sul x Naviraí: produção física dos gêneros agropecuários

	Produção (t)	1979	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010	2015
Mato Grosso do Sul	Carvão Vegetal	28.819	33.39	168.375	257.252	209.840	111.070	558.688	286.023	-
	Madeira	1.012.756	940.541	632.998	317.894	51.444	41.110	21.890	8.131	-
	Lenha	1.385.183	1.412.977	1.891.215	1.082.069	597.403	602.124	383.230	160.102	-
	Algodão	71.759	69.346	106.317	73.559	105.791	127.839	176.131	149.369	137.724
	Cana-de-açúcar	312.336	606.743	3.170.806	4.193.288	4.922.386	5.837.456	9.513.818	34.795.664	43.924.003
	Café	20.410	22.188	15.423	8.755	306	2.074	2.220	1.502	1.333
	Milho	146.474	188.396	327.334	595.718	1.435.151	1.069.571	1.291.901	3.782.946	9.727.809
	Soja	826.705	1.322.082	2.558.720	2.038.614	2.283.546	2.486.120	3.718.514	5.340.462	7.305.608
	Trigo	68.991	110	317.644	204.035	19.786	34.712	136.410	74.207	31.769
	Bovinos (cabeça/mil)	10.020	11.904	14.991	19.163	22.292	22.205	24.504	22.354	21.357
Naviraí	Carvão Vegetal	347	497	985	2.184	4.290	4.617	1.601	420	-
	Madeira tora	143.500	138.300	58.600	15.737	6.418	1.600	500	50	-
	Lenha	35.400	38.705	15.700	11.635	8.235	19.500	19.480	1.400	-
	Algodão	4.500	2.727	6.510	5.040	4.296	5.489	5.853	290	-
	Cana-de-açúcar	-	-	221.347	219.715	552.588	568.542	693.406	661.435	94.154
	Café	275	506	308	129	-	8	18	5	3
	Milho	3.300	3.249	4.320	4.140	14.105	12.435	31.560	147.360	323.420
	Soja	739	1.320	2.045	7.764	5.311	7.504	103.535	153.725	205.660
	Trigo	232	186	1.231	4.161	790	681	1.946	-	2.477
	Bovinos (cabeça/mil)	228	260	344	366	312	303	252	243	209

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do IBGE (2017). *Os dados de extração de madeira tora e Lenha foram convertidos de m³ para quilograma.

II Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação

20 a 23 de novembro de 2018 - Naviraí - MS



A plantação de café teve sua importância socioeconômica para o desenvolvimento da região, pois através dos contratos de plantio de café, os novos colonos eram responsáveis pelas plantações, podendo, durante os 4 primeiros anos cultivar plantas alimentícias entre as fileiras dos cafezais e comercializar a primeira colheita das árvores jovens (PÉBAYLE, KOECHLIN, 1981).

Para Albanez (2013) a cultura agrícola do algodão foi implantada em substituição ao café, atuando como uma das alternativas econômicas para os pequenos e médios proprietários, devido ao café não apresentar bom desempenho produtivo e baixa adaptação às intempéries climáticas da região. Albanez destaca que o café se sustentava basicamente pela prática em áreas de terras novas, e os grandes proprietários priorizavam a pecuária.

Com base em dados de produção física dos gêneros agrícolas publicado pela Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai (CIBPU) (1955), Albanez (2013) destaca a importância da produção de algodão para o município, no qual em 1970 possuía uma produção de 9.460 toneladas, o que representava aproximadamente 23% da produção de algodão do estado de Mato Grosso.

Apesar do volume de produção de algodão em 1970 (9.460 t), podemos observar na Tabela 4 a alteração da base produtiva do município alterou em detrimento a “revolução verde”, a qual propiciou a substituição do algodão pelas culturas agrícolas temporárias, em especial o soja, milho e trigo.

A “revolução verde” intensificou o plantio das culturas agrícolas da soja em consórcio com o trigo, em especial no estado do Rio Grande do Sul, alterando completamente o processo produtivo e encareceram o valor das terras agricultáveis na região. O Sul de Mato Grosso passou a ser o destino da nova “marcha migratória” no início da década de 1970, pelos pequenos produtores gaúchos em busca de terras baratas e aptas a receber as culturas plantadas no Sul do Brasil.

Com o avanço da extração de madeira, motivada principalmente pela formação de áreas de pastagens e lavoura, nos anos iniciais à formação do município, vê-se em 1970, aproximadamente 46% da área era composta por matas e florestas (92.239 ha). Em 2015, áreas de matas e florestas se tornaram quase inexistente, com aproximadamente 0,3% (844 ha) da área total dos estabelecimentos rurais.

II Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação

20 a 23 de novembro de 2018 - Naviraí - MS



Como já apresentado, em 1970 o município produziu 9.460 toneladas de algodão, o que representava aproximadamente 23% da produção de algodão do estado de Mato Grosso. Em 1979, a produção de algodão passou para 4.500 toneladas, representando uma queda de aproximadamente 52% na produção. Em 2010 a produção de algodão reduziu para 290 toneladas, e em 2015 houve o registro da produção da cultura no município.

Para a melhor análise da evolução da produção agrícola, devemos destacar que o município obteve expansão de áreas destinadas a agricultura de aproximadamente 468% entre os anos de 1970 (12.332 ha) a 2006 (70.027 ha) como apresentado na Tabela 3.

Com base nos dados de 2015, observa-se a estruturação da produção pautada apenas sobre as culturas agrícolas da cana-de-açúcar (94.154 toneladas), milho (323.420 toneladas), soja (205.660 toneladas) e trigo (2.477 toneladas). A cana-de-açúcar foi introduzida no município em consequência da implantação da usina de beneficiamento Coopernavy (Cooperativa de Açúcar e Álcool) em 1979, sendo esta, estimulada pelo Programa Nacional do Álcool (Pro-Álcool).

Em 1979, aproximadamente 95% da estrutura produtiva do município se pautava na atividade de extração de madeiras (madeira tora 143.500 toneladas, lenha 35.400 toneladas e carvão vegetal 347 toneladas). O Estado, por sua vez, a produção se pautava na atividade de extração de madeiras (62% aproximadamente), soja (21% aproximadamente) e produção de cana-de-açúcar (8% aproximadamente).

Vê-se a reestruturação produtiva no município em 1985, no qual a produção de cana-de-açúcar se torna a principal atividade agrícola, pautando aproximadamente 71% (221.347 toneladas) da produção, acompanhada pela extração vegetal, pautada em aproximadamente 24% (29.556 toneladas). Assim como no município, a cana-de-açúcar se torna a principal atividade agrícola do Estado, sendo pautada em aproximadamente 34% (3.170.806 toneladas), acompanhada pela extração de madeira, com aproximadamente 29% (2.692.588 toneladas) e produção de soja, com aproximadamente 28% (2.558.720) do total produzido.

Em 1995 vê-se uma nova reestruturação produtiva no município de Naviraí, a atividade agrícola concentra-se apenas na produção de cana-de-açúcar, aproximadamente 93% (do total de 596.033 toneladas produzidas). A produção do Estado se reestrutura com base na produção de cana-de-açúcar, pautada em aproximadamente 51% (4.922.386 toneladas), produção de soja

II Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação

20 a 23 de novembro de 2018 - Naviraí - MS



com aproximadamente 24% (2.283.546 toneladas) e produção de milho com aproximadamente 15% (19.786 toneladas).

A produção de cana-de-açúcar no município reduz apenas em 2010, porém a estrutura produtiva se mantém concentrada sobre três culturas agrícolas, a cana-de-açúcar (69%, 661.435 toneladas), seguida pela produção de soja (16%, 153.725 toneladas) e produção de milho (15%, 147.300 toneladas).

Em 2015 vê-se uma reorganização estrutura produtiva agrícola, no qual a produção de milho se torna o principal produto, com produção pautada em aproximadamente 52% (323.420 toneladas), seguida pela produção de soja pautada em aproximadamente 33% (205.660 toneladas), a produção de cana-de-açúcar passa a corresponder a apenas 15% (94.154 toneladas) do total produzido.

Com relação ao Estado observa-se o contrário, de acordo com os dados de 2015, a estrutura produtiva agrícola se mantém pautada na cana-de-açúcar, correspondendo a aproximadamente 72% (43.924.003 toneladas), produção de milho pautada em aproximadamente 16% (9.727.809 toneladas), nota-se que houve um crescimento considerável no seu quantitativo produtivo (crescimento de aproximadamente 2.483% desde 2010).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apresentado neste, buscou-se analisar as influências do processo histórico de ocupação e uso do solo no município de Naviraí/MS para a atual configuração regional em termos de estrutura fundiária e organização econômica/produtiva local. A criação do município de Naviraí foi fruto de uma política de ocupação e colonização privada fomentadas pelo Governo Federal no início da década de 1950. O rápido crescimento populacional e econômico na região, estimulado por incentivos à modernização do setor agropecuário e integração da região Sul aos grandes mercados consumidores nacionais na década de 1960, contribuíram para a elevação à município no ano de 1963.

Já na década de 1970, observou-se o rápido crescimento populacional do município, saltando de cerca de 370 habitantes no início da década de 1960 para 7.657 habitantes na zona urbana (33,10% da população), constituído principalmente por migrantes oriundos dos estados

II Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação

20 a 23 de novembro de 2018 - Naviraí - MS



de São de Paulo e Paraná. Essa primeira onda migratória contribuiu para a afirmação da vocação agropecuária da região.

A vocação agropecuária da região foi reafirmada com a Revolução Verde e os migrantes oriundos dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, os quais provocaram uma reorganização fundiária, através da concentração de terras na forma de medias e grandes propriedades rurais e; reorganização produtiva com a intensificação do cultivo das lavouras temporárias e a redução drástica das áreas de matas e florestas nativas.

A atual matriz produtiva da região concentra-se em propriedades de médio e grande porte, voltadas para a produção de lavouras temporárias, em especial as culturas agrícolas de soja, milho e cana-de-açúcar, e pastagens plantadas, favorecendo a bovinocultura de corte. Além da maciça concentração populacional na zona urbana do município, apresentando uma taxa de urbanização de cerca de 92,3%. A partir das reflexões abordadas neste trabalho, fica como sugestões em futuras pesquisas analisar e comparar as matrizes fundiárias e produtivas utilizadas nos demais municípios oriundos de incentivos a colonização privada no antigo estado de Mato Grosso.

REFERÊNCIAS

ABREU, S. de. Ocupação, racionalização e consolidação do Centro-Oeste brasileiro: o espaço mato-grossense e a integração nacional. In: MARIN, J.R.; VASCONCELOS, C. A. de. **História, Região e Identidades**. Campo Grande: UFMS, p. 263-290, 2003.

ALBANEZ, J. L. **Ervais em queda transformações no campo no extremo sul de Mato Grosso (1940-1970)** – Dourados-MS: Ed. UFGD, 2013.

ALVEZ JUNIOR, G. T. O planejamento governamental e sus reflexos na estrutura fundiária de Mato Grosso. **Revista Caminhos da Geografia**, v. 4, n. 9, p. 17-30, jun. 2003.

ANTONIO, R. R. Um plano privatizado de colonização dirigida: a SOMECO S/A em terras do Ivinhema (1961-1974). 2015. 126f. **Dissertação** (Mestrado em História) – Faculdade de Ciência Humana, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2015.

BAENINGER, R. Rotatividade migratória: um olhar para as migrações no século XVI. Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 16, 2008, Caxambu. **Anais ... Belo Horizonte: ABEP**, 2008.

II Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação

20 a 23 de novembro de 2018 - Naviraí - MS



_____ Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações internas no Brasil. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 20, n. 39, p. 77-100, jul./dez. 2012.

BARROZO, J.C. (2008). Políticas de Colonização: as políticas públicas para a Amazônia e o Centro-Oeste. In: BARROZO, J. C. (Org.), **Mato Grosso: do sonho à utopia da terra** (15-26). Cuiabá: EdUFMT/Carlini&Caniato Editorial.

CUNHA, J. M. P da. Dinâmica migratória e o processo de ocupação do Centro-Oeste brasileiro: o caso de Mato Grosso. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 23, n. 1, p. 87-107, jan./jun. 2006.

CUNHA, J. M. P da. Migração no Centro-Oeste brasileiro: as tendências e características do período 1986/96. In: HOGAN, D. J. (Org.). **Migração e ambiente no Centro-Oeste**. Campinas: Núcleo de Estudos de População/UNICAMP: PRONEX, 2002.

FURTADO, C. **Pequena introdução sobre o desenvolvimento**. São Paulo: Nacional, 1989.

GALVÃO, J. A. C. Notas sobre a colonização em Mato Grosso de 1940 a 1980. In: Seminário Internacional de Investigación en Urbanismo, 5, 2013, Barcelona-Buenos Aires. **Anais... Barcelona**: Departament d'Urbanismo i Ordenació del Territori, Universitat Politècnica de Catalunya, 2013, p. 58-64.

GARCIA, D. C. **Um lugar chamado Naviraí**. Dourados, MS: Seriema, 2016. 198 p

GUIMARÃES, E. N.; LEME, H. J. de C. Caracterização Histórica e Configuração Espacial da Estrutura Produtiva do Centro-Oeste. In: NEPO/UNICAMP. **Redistribuição da população e meio ambiente**: São Paulo e Centro-Oeste, 1. Campinas, 1997. p. 25-65. (Textos Nepo, 33)

HADDAD, P. R. Capitais intangíveis e desenvolvimento regional. **Revista de Economia**, v. 35, n. 3, p. 119-146, set./dez. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censos Agropecuários de 1980, 1985 e 1996**. <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo>>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades@**. 2015. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 06 mar. 2017.

INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. Cadastro Rural – **Estatísticas Cadastrais**. <<http://www.incra.gov.br>>.

INSTITUTO DE MANEJO E CERTIFICAÇÃO FLORESTAL E AGRÍCOLA - IMAFLORA. **Atlas: A geografia da agropecuária brasileira**, 2017. <<http://www.imaflora.org/atlasagropecuario/>>

MATOS, A. K. V. de. Revolução verde, biotecnologia e tecnologias alternativas. **Caderno da FUCAMP**, v. 10, n. 12, p. 1-17, 2010.

II Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação

20 a 23 de novembro de 2018 - Naviraí - MS



MESSIAS, Maria Lúcia (Org.). **Naviraí: 50 anos construindo sonhos**. Naviraí: Gráfica PSAF, 2013

MORO, N. D. O poder legalizador no processo de formação das fronteiras econômicas e demográficas no sul do estado de Mato Grosso (década de 1960-1970). **Revista História em Reflexão**, v. 3, n. 6, jul/dez. 2009.

PÉBAYLE, R.; KOECHLIN, J. As frentes pioneiras de mato grosso do sul: abordagem geográfica e ecológica. **Espaço e Conjuntura**, 4, USP, São Paulo, 1981.

SANTANA JUNIOR, J. R. Formação territorial da região da Grande Dourados: colonização e dinâmica produtiva. **Revista Geografia**, v. 18, n. 2 p. 89-107, jul./dez. 2009.

TERRA, A. A modernização agropecuária de Mato Grosso do Sul: 1970-1985. In. Encontro de Grupo de Pesquisa, 2, 2006. **Anais ... Uberlândia**: Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, 2006.

TRUBILIANO, C. A. B; MARTINS JUNIOR, C. Rumo à brasilidade: Mato Grosso e a marcha para o oeste (1937-1945). In: Semana de História, 10, 2007, Três Lagoas. **Anais ... Campo Grande**: Ed UFMS, 2007 p. 38-53.